

EXPERIÊNCIAS DE EJA NO ACAMPAMENTO IRMÃ ALBERTA DO MST

Edvaldo dos Santos¹

Resumo

Este artigo, que é parte de um trabalho de conclusão de curso de graduação, descreve um conjunto de experiências de Educação de Jovens e Adulto - EJA, realizadas em um acampamento organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST denominado Irmã Alberta. Na descrição, apresento quatro diferentes experiências de EJA ocorridas no período de 2002 a 2007 que foram importantes no processo de construção da história do Irmã Alberta. Também apresento ações que foram importantes para a realização das referidas experiências, como por exemplo, programas e formação de educadores/as, além de uma breve descrição do papel que a EJA tem no interior do Movimento Sem Terra.

Palavras-chave: EJA. Trabalhadores/as. MST. Irmã Alberta.

Abstract

This article describes a set of experiments of youth and adult education (EJA) that were realized in “Sister Alberta” camp, organized by the Movement of Landless Rural Workers (MST) in Brazil. In the description, I present (in the period between 2002 and 2007) four EJA different experiences that were important for the process of building the story of “Sister Alberta” camp. I also present actions that were significant for the realization of such experiences, for example, programs and educator training, and a brief description of the role that adult education has within the MST.

Key words: Youth and adult education. Workers. Sister Alberta.

Ao se observar e depois refletir sobre uma ação que coloca em movimento um grupo de pessoas em prol de uma causa, é possível identificar seus resultados, positivos e negativos, mediante a análise da atuação daqueles que nela estiveram engajados.

A partir dessa ideia descrevemos um conjunto de experiências focadas na temática EJA e refletimos acerca dos limites e potencialidades que estiveram presentes em seu processo de desenvolvimento.

As experiências com a Educação de Jovens e Adultos - EJA ocorreram num espaço de educação não institucional, entre 2002 e 2007 e foram muito relevantes no processo de luta, uma oportunidade a mais para as discussões e reuniões de trabalhadores, embora sob os impactos decorrentes da ocupação do acampamento Irmã Alberta.

As reflexões como consequências da necessidade de descrição das experiências apontaram para um quadro que dava uma visão do quanto foi importante a realização da EJA no acampamento Irmã Alberta. Mas, o mesmo quadro mostra que no processo de execução de propostas voltadas ao social, também há limitações que se configuram como entraves que tendem a comprometer objetivos almejados. Assim aconteceu nas experiências de EJA em questão, apesar de terem sido realizadas sob o respaldo de um importante movimento social da sociedade brasileira, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

Embora sejam consideradas como uma das principais intervenções na história do acampamento, as experiências vivenciadas com a EJA representaram um dos espaços em que ocorreram contradições, no que se refere ao que é defendido pelo MST sobre sua proposta de educação e o que fora vivido na prática.

Ao chegar ao acampamento, as pessoas logo assumiam a condição de acampadas, reivindicando

¹ Ex-aluno do curso de Pedagogia da Terra/ UFSCar. Contato: edy_andinama@yahoo.com.br

coletivamente o direito à terra para que pudessem ter uma alternativa de auto-subsistência, já que haviam perdido “espaços” no mercado de trabalho competitivo e excludente.

Nesse período (2002 a 2007) havia uma atuação mais efetiva e significativa do setor interno do acampamento que propunha atividades com o intuito de contribuir para o processo de formação humana, oferecida aos trabalhadores recém-chegados ao Movimento que lhes faziam entender que a luta não se restringia apenas ao direito à terra, mas também a outros direitos, sobretudo a educação.

Durante os primeiros anos de sua luta, os sem terra reunidos sob a bandeira do MST tinham como prioridade a conquista da terra. Mas eles logo compreenderam que isso não era o bastante. Se a terra representava a possibilidade de trabalhar, produzir e viver dignamente, faltava-lhes um instrumento fundamental para a continuidade da luta. (MORISSAWA, 2001, p. 239).

O analfabetismo se configura como uma das várias formas de exclusão e contribui para as desigualdades sociais. Isso é evidente nos dados que apontam dois diferentes sujeitos analfabetos: o funcional e o indouto, definidos pela falta de habilidade com textos escritos. No caso do analfabeto funcional, este é alfabetizado, mas não consegue ter plena compreensão ao executar a leitura de um texto, enquanto que o indouto, por ser totalmente analfabeto, é desprovido de qualquer habilidade de executar a leitura de um texto, mesmo que simples. O relato a seguir, registrado por Morissawa (2001), exemplifica a realidade de milhares de trabalhadores que fundamentam o que há de necessidades a serem superadas no sistema educacional de nossa sociedade: “Eu achei vergonhoso ir ao banco com oito pessoas e pedir para alguém para assinar por nós. Eu mesmo levei meu papel para assinar. Mesmo com a mão tremendo, eu fiz [...]”.

É a partir de situações como essa, vividas no cotidiano, que as pessoas necessitadas buscam caminhos que as conduzam a uma solução dos seus problemas sociais, e encontram no MST um desses caminhos. Tal busca, faz com que o Movimento Sem Terra tenha como um de seus princípios, o estudo. Nesse sentido, uma das prioridades em seus espaços internos é a implementação da EJA:

O MST vem assumindo um compromisso social com o povo do campo, lutando por políticas públicas, ao mesmo tempo em que já afirma algumas iniciativas concretas de alfabetização, materializadas nas turmas organizadas de EJA nos acampamentos e assentamentos. (MST, 2004, p. 44).

Segundo Morissawa, a educação é uma arma de duplo alcance para os sem terra e assentados, tornando-se prioridade para o Movimento, pois,

[...] grande parte dos camponeses brasileiros é analfabeta e a outra parte possui baixa escolaridade a continuidade da luta exigia conhecimentos tanto para lidar com assuntos práticos, como financiamentos bancários e aplicação de tecnologias, quanto para compreender a conjuntura política, econômica e social. (2001, p. 239)

Essa prioridade específica no MST condicionou o setor de educação a se desafiar em atender tal demanda e um dos eixos das discussões teve como foco a Educação de Jovens e Adultos objetivando pensar uma proposta que possibilitasse desenvolver atividades que contemplassem o público específico dessa modalidade da educação.

As experiências resultantes das ações dessa modalidade de ensino, vivenciadas no acampamento se somaram às demais e diversas atividades num momento em que os processos tinham um caráter de

estruturação do próprio acampamento.

O que possibilitou que essas experiências acontecessem foi a seriedade que havia num coletivo de trabalhadores que organizados aceitaram o desafio de se dedicarem a árdua tarefa, porém, satisfatória de contribuir e possibilitar que outros trabalhadores tivessem a oportunidade de ter contato com o que propunha o setor de educação em relação a alfabetização e escolarização. Nas palavras de uma educadora de EJA do acampamento Irmã Alberta, observa-se que: “Uma coisa que chamou muito a atenção, quando cheguei no MST, foi a vontade das pessoas quererem estudar e como isso refletia na relação entre os demais educadores que se mostravam bastante dedicados” (Mariana).

Uma seriedade regida pelos princípios do MST e que foi de fundamental importância durante o período de ocorrência da EJA no acampamento Irmã Alberta, mas que fora afetada por ideias e pensamentos que são comuns no modelo de educação tradicional. Autoritarismo, imposições, entre outros desvios, além de mudanças estruturais comprometeram também todo um processo organizativo responsável pela condução de uma proposta de educação para a EJA que vigorou no período de 2002 a 2007 no acampamento. O Boletim da Educação (n. 9) do MST expressa tais contradições:

Somos um Movimento social que procura organizar os trabalhadores, os pobres, os camponeses, homens e mulheres, jovens e anciãos, que queiram lutar por justiça social, e ao tratar de nos organizarmos, somos contraditórios. Um processo que não depende apenas da vontade política das pessoas. Não depende da aplicação de normas sociais, de princípios organizativos. Depende também das contradições da luta de classes. Da dinâmica das fragilidades da natureza humana, de seus desvios e vontades. Somos fruto disso. (STÉDILE, 2004).

A proposta de educação do MST é uma bandeira de luta que conquistou e ocupa diversos espaços de discussões além de ser uma das referências na contraposição da proposta de educação tradicional. Porém há necessidade de potencializar as discussões relacionadas à gestão democrática. “Buscamos romper com aquela visão hierárquica que determina o diretor como sujeito central, seguido pelos professores e alunos. Estes considerados receptores de um saber elaborado muito distante e magicamente” (MST, 2004, p. 35).

A Educação de Jovens e Adultos no MST é uma das frentes do setor de educação que se soma a outras três frentes (Infância, Cursos Formais e Escolas). No MST a EJA tem um papel que vai além de proporcionar aos alunos uma formação que se limita a uma suposta inserção no mercado de trabalho, pois tem a intenção de promover a emancipação do ser humano, na perspectiva de que tenha uma atuação importante na relação com o seu *meio* e, também, por acreditar que a formação de seus sujeitos fortalece o processo de luta.

A construção da concepção de Educação de Jovens e Adultos – EJA do MST avança com as nossas práticas, construídas com a ajuda de muitos e vivenciada ao longo de quase 15 anos: o que fazemos, o como fazemos; o porque fazemos. Não caminhamos sozinhos: avançamos quando somos capazes de abrir ou narrar as nossas práticas, fazer uma leitura delas, interpretá-las e interrogá-las: avançamos quando conseguimos perceber a concepção pedagógica que existe em cada ação e dialogar com a prática de outros. Avançamos quando lemos o significado de nossas experiências e aprofundamos a compreensão sobre elas. EJA, para nós, faz parte da Educação Popular que é alimentada por uma “mina d’água especial: a Pedagogia do Oprimido (Paulo Freire). Ela é mais que alfabetização. EJA é formação humana de pessoas concretas e situadas. EJA é também formação política, ideológica, cultural, organização na base e avanço da escolarização dos Sem Terra. (MST, 2003, p. 30).

Propor uma educação emancipadora faz o Movimento Sem Terra caminhar em direção a uma Pedagogia própria que considera o sujeito como um ser que, no processo de aprendizagem, constrói sua própria história. Para isso é necessário garantir um mecanismo que possibilite meios de estímulos para que a educação seja compreendida como um bem social. No acampamento Irmã Alberta as discussões contemplam as mais diversas habilidades a serem desenvolvidas pelos sujeitos, bem como a possibilidade de se abrirem para eles horizontes que vão além de sua atual condição limitada, como afirma Di Pierro.

O assentamento rural conquistado na luta pela terra significa, para as famílias de trabalhadores rurais, a abertura de novos horizontes de inserção econômica, social e política e o ponto de partida para novas demandas por direitos e participação. Nesse processo, a educação básica emerge como uma das primeiras demandas da população, relacionada a escolarização e qualificação profissional das novas gerações e também dos jovens e adultos, para os quais se colocam novas exigências de letramento relacionadas a gestão técnica, econômica e ambiental do empreendimento agrícola, a organização sociopolítica dos assentamentos e sua representação perante os poderes públicos. (DI PIERRO, 2004, p.3).

Todas as discussões que desembocaram em articulações, planejamentos, reuniões tiveram como base os principais objetivos do MST com o trabalho na EJA:

Superar a exclusão de ser analfabeto, lutar por políticas públicas de EJA, superar o analfabetismo como uma forma de criar condições para enfrentar os desafios políticos e organizativos do MST, implementar em EJA a Pedagogia do MST como uma referência para o campo e fortalecer a organicidade do MST através da EJA e em especial através da alfabetização. (MST, 2003 p. 40).

Junto com esses princípios segue uma concepção de educação que busca formar mulheres e homens que estudam, trabalham e se organizam para a vida em sociedade.

Descrição das Experiências

Conforme assinalado anteriormente, o MST tem uma trajetória histórica de lutas e compromisso social com o povo do campo. Nesse contexto de lutas inserem-se também as iniciativas de alfabetização, “materializadas nas turmas organizadas de EJA nos acampamentos e assentamentos” (MST, 2004, p. 44).

A proposta pedagógica que permeou todas as experiências de EJA exigiu considerar todas as especificidades do público que se pretendia atingir “[...] com o processo de elaboração de uma proposta própria de educação de jovens e adultos do MST” (MST, 2003, p, 7). Público esse pertencente a um Movimento Social que está sempre em movimento, e, que, portanto, demanda necessidades que vão além daquelas que se restringem a currículos escolares.

O MST educa as pessoas que dele fazem parte à medida que as coloca como sujeitos enraizados neste movimento da história e vivendo experiências de formação humana que são próprias do jeito da organização participar da luta de classes, principal forma em que se apresenta o movimento da história. (MST, 2005 p. 236).

Em outras palavras “O MST forma os Sem Terra colocando-os em movimento, o que quer dizer em ação permanente” (MST, 2005 p. 242). Isso significa que no planejamento anual, o setor teria que prever momentos em que os educandos poderiam estar envolvidos em atividades fora do acampamento. Entretanto, essa forma alternativa de educação encontra limites que impossibilitam um acompanhamento contínuo e necessário às atividades, conforme se observa na fala de um estudante da EJA do acampamento Irmã Alberta: “Estudei um tempo, mais durante esse tempo tive que faltar algumas vezes para fazer atividades do setor que eu fazia parte (Frente de Massa). Até que chegou um momento que desanimei e parei de frequentar” (Gustavo).

O período de 2002 a 2007, de constantes atividades focadas na EJA, foi marcado por uma grande expectativa dos sujeitos envolvidos, principalmente os educandos, que viam na proposta uma forma de reinserção mais afirmada na sociedade a partir da apropriação de algum conhecimento produzido historicamente pela humanidade. “Precisamos considerar que o adulto inicia ou até mesmo retorna a sua vida escolar com bastante expectativa para desenvolver suas habilidades de ler, escrever, falar e fazer contas no papel...” (MST, 2000, p. 8).

A primeira experiência que ocupou espaço no cotidiano do acampamento Irmã Alberta se deu logo após os primeiros meses em que ocorrera a ocupação em 2002. Foi uma experiência muito significativa, pois contava com um grande número de educandos e um grupo de educadores bem organizado.

Entre outros apoios, a experiência de EJA no acampamento Irmã Alberta contava com a participação do já experiente acampamento Terra Sem Males (da Regional de Campinas) que mesmo recuado provisoriamente para a área da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), ocupada pelo acampamento Irmã Alberta, contribuiu de maneira significativa em todos os momentos da implementação da EJA no acampamento, desde as primeiras discussões, até os últimos encontros dessa experiência que reuniu educandos dos dois acampamentos.

Inicialmente as aulas ministradas, eram das áreas Códigos de Linguagens (Português) e Ciências da Natureza (Matemática). Os encontros aconteciam três vezes por semana no período da tarde. Havia assiduidade nos encontros por parte dos educandos e educadores que assumiam a sala de acordo com um planejamento. Previa-se um revezamento entre os educadores e de acordo com a disciplina que cada um se dispunha a contribuir.

Partindo do pressuposto de que toda ação estava voltada para o social, devendo partir da realidade concreta; nos encontros eram priorizadas questões relacionadas aos impactos e as consequências da ocupação. Nesse sentido, havia uma grande necessidade de trabalhar a formação política, que implicava desenvolver uma familiaridade entre os trabalhadores e o MST para que tivessem uma melhor compreensão sobre o que era o Movimento, seus princípios e objetivos; questões sobre a relação entre o ser humano e a natureza, e a importância da luta.

Em meados de 2004, o acampamento Irmã Alberta seguia adiante trabalhando a EJA, a partir de então sem o acampamento Terra Sem Males, que retornara para Campinas (sua Regional de origem). Nessa experiência as aulas eram ministradas por alunos da Faculdade Unisantana de São Paulo e outros apoios, como professores já formados que, voluntariamente, se dispuseram a contribuir com o processo de condução da EJA no acampamento.

Os encontros de educadores aconteciam aos sábados. Durante a semana havia a proposta de realização de dois encontros com educadores do acampamento para revisar o que havia sido trabalhado no encontro de sábado pelos professores apoiadores. Os educadores internos auxiliavam os educandos na compreensão de alguma atividade deixada pelos professores apoiadores (externos) que, embora não viviam cotidianamente nos assentamentos e acampamentos são vistos pelo Movimento Sem Terra como parte do seu conjunto, apesar de residirem em áreas urbanas. Nessa experiência havia a participação de vinte e cinco educandos inscritos, porém a presença de todos não era regular.

Alguns educandos ainda estavam na fase de alfabetização, pois não haviam participado da experiência de EJA anterior. Essa questão exigia uma atenção maior dos educadores internos, principalmente nos encontros, que os desafiavam a ter uma intervenção bem significativa. Para isso, a

importância da relação entre educando e educador era um fator que influenciava na fluidez do trabalho desenvolvido. Sobre esse fator Freire enfatiza que:

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nessa perspectiva, portando, os alfabetizandos assumem, desde o começo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem. (2002, p. 58).

Segundo o MST (2003, p. 38) a ação de educar jovens e adultos envolve a conquista mútua de educadores e educadoras e de educandos e educandas, de desejarem se alfabetizar, de sentirem a necessidade da alfabetização e de se encorajarem para enfrentar essa necessidade. “A alfabetização passa por um processo de luta consigo mesmo e em acreditar que vai ser possível aprender”.

Na EJA havia disciplinas de todas as áreas, correspondentes aos anos iniciais do ensino fundamental pelo fato de se ter educandos já escolarizados. A cada quinze dias o setor de educação se reunia para discutir questões relacionadas ao processo organizativo interno e o andamento das atividades, além de alguma pauta encaminhada do setor em nível de estado (São Paulo) e a cada dois meses reunia-se com os professores.

Em tais reuniões se concentrava um grande número de participantes. Além de todo o coletivo do setor de educação da Regional, também participavam todas as pessoas que apoiavam o Movimento (os professores e apoios de fora) e que se dividiam por frentes de atuação para melhor discutirem questões específicas das frentes. Isso exigia um planejamento bem organizado para que as reuniões tivessem algum êxito.

A realização dessas duas experiências de EJA, junto com as atividades das outras frentes de atuação, resultou em momentos de constantes discussões, reflexões e avaliações do setor sobre todo o processo organizativo das atividades, bem como sua importância para o acampamento.

Com isso, percebeu-se a necessidade de avançar em algumas questões pendentes que demandava no acampamento, que desafiavam o setor interno a dar passos que resultassem num diferencial para os educandos.

Em relação à EJA, das demandas apontadas, duas eram mais pertinentes. Uma dizia respeito à questão do certificado escolar. Essa questão já havia surgido na época do levantamento acerca do censo escolar realizado logo no início do surgimento do acampamento Irmã Alberta. A fala de um estudante do acampamento confirma tal afirmação: “Quando eu comecei a frequentar as aulas tinha só a quarta série, mas não tinha comprovante” (Gustavo).

Essa questão ressurgiu num momento em que havia certo entendimento de alguns acampados no que diz respeito à necessidade de reconhecimento legal do conhecimento sistematizado obtido pelos educandos.

Os trabalhadores geralmente valorizam a confirmação de que estão avançando em seus aprendizados. Eles querem um papel (certificação) que lhes tirem o estigma calcado pela sociedade: analfabeto. (MST, 2003. p. 31).

Isso fez o setor pensar uma proposta que atendesse essa reivindicação dos educandos que se encontravam no nível de escolarização. A outra demanda voltava-se para os educandos ainda em estágio de alfabetização que não haviam atingido um bom desempenho. Assim, empreenderam-se

outras experiências que seguiremos descrevendo.

Em 2005, as discussões focadas nas demandas apontadas resultaram numa proposta que conduziu um novo processo de atividades. Na questão da certificação foi proposta a criação de aulas de preparação para quem quisesse prestar provas oficiais para a obtenção do documento.

Os encaminhamentos tirados para viabilização das experiências seguintes envolveram pesquisa sobre provas e procedimentos para inscrever os educandos interessados. Como resultado da pesquisa constatou-se a possibilidade de fazer as inscrições para provas do Encceja. Outros encaminhamentos também foram necessários como envolver outras instâncias, (núcleos de base, coordenação, direção) do acampamento Irmã Alberta e mobilizar interessados para participarem. Frente a todo esse processo, o setor já não contava mais com um coletivo massivo de educadores internos. Mesmo assim, o setor deu continuidade no desenvolvimento da EJA, até porque a não vinculação de alguns educadores com o setor de educação interno, não significava um rompimento dos mesmos com os educandos, que podiam contar com alguns momentos de atenção dos respectivos educadores para quaisquer necessidades.

O grande interesse pelo certificado se tornou uma prioridade para educandos que trilharam diferentes caminhos e enfrentaram desafios para conseguir atingir esse objetivo, conforme se observa nos relatos de estudantes do acampamento:

Quando surgiu a proposta de preparação para pessoas interessadas em conseguir o certificado por meio da eliminação de matérias por fazer a prova, eu me interessei, voltei a participar mais achei muito fraquinha as aulas. Mas por causa do certificado busquei ajuda por fora fiz a prova e consegui concluir o primeiro grau. Continuei estudando, mas não aqui, fiz a inscrição por minha conta. Busquei ajuda de outras formas por outros meios fiz a prova, mais não passei em todas as matérias fiquei em física e química. Mas como consegui chegar até aqui vou continuar adiante e me inscrever para as próximas provas. (Gustavo).

Já no relato de Mariana, encontramos outra situação:

Fui convidada para fazer um curso no Rio Grande do Sul, denominado como “EJA Médio”. Foi um curso muito bom, pois além dos conteúdos escolares, também eram incluídas questões políticas e formação humana. O curso durou dois anos 2005 e 2006. (Mariana).

Em ambos os relatos está presente o empenho pela busca de um objetivo que tem o sentido da não aceitação às negações de seus direitos que são historicamente negados pela sociedade aos trabalhadores.

Na caminhada que cada um dos entrevistados enfrentou, as circunstâncias se encarregaram de apresentar desafios que tendiam a fazê-los desistir. No primeiro relato, o sentimento de frustração observado no educando não foi empecilho para sua determinação.

Eu queria muito voltar estudar e não parar mais. Mas não imaginava que iria encontrar tanta dificuldade. Por algum momento pensei em desistir, mais sei o quanto é necessário o estudo e cobro dos meus filhos. (Gustavo).

Já no segundo relato, o maior dos desafios enfrentados por Mariana foi ter que fazer ajustes na vida pessoal e se deslocar para uma região, em que, de início, não tinha nenhuma relação estabelecida.

Foi difícil ter que deixar por alguns períodos, a família, o lar os compromissos do dia-a-dia, os amigos e outras relações. Sentia um grande vazio, mas eu sentia necessidade de avançar nos estudos e melhor me familiarizar com as questões políticas do MST. (Mariana).

Ainda nos relatos dos sujeitos entrevistados é visível um processo de exclusão escolar que historicamente tem constituído grande problema social, responsável pelas desigualdades que dividem as pessoas. É em função desta conjuntura, no campo da educação, que o Movimento Sem Terra tem uma contribuição significativa na luta por uma educação que proporcione aos trabalhadores alguma forma de inserção no contexto em que vivem. Para isso, o Movimento Sem Terra acredita que por meio da alfabetização seja possível contribuir para transformar as relações sociais e considera como pessoa alfabetizada, aquela que é portadora de saberes que vão além das aprendizagens prévias para que possa dar conta de atender às exigências impostas pelo sistema econômico capitalista.

Para o MST pessoa alfabetizada é aquela que assina o nome, escreve bilhete, lê jornal e revista e conversa sobre as notícias, reflete sobre as notícias da rádio e da televisão, estuda cartilhas, monta problemas, decifra questões e as responde, que conhece a história da terra e da luta pela terra, que gosta de ler livros e busca o conhecimento das ciências, que qualifica sua capacitação técnica, que sabe falar em público, que fala com as autoridades de cabeça erguida, que sabe participar de reuniões e coordená-las, [...] e, além disso, que sente o coração bater mais forte por causa da mística, conhece sua identidade e se sente Sem Terra e tem o projeto de construir uma nova sociedade. (MST, 2003, p.38).

Diferentemente da visão do modelo de educação tradicional, essa ideia de pessoa alfabetizada no Movimento Sem Terra é justificada pelas estruturas conjunturais que causam necessidades sociais. “O alto índice de analfabetismo no Brasil é um dos problemas mais sérios que temos que enfrentar para que não se transmita esse legado para as próximas gerações” (Dirigente/MST).

A próxima experiência mostra o que foi feito para ajudar os educandos no processo de alfabetização. O relato de uma educanda evidencia as lacunas deixadas na sua vida escolar:

Eu estudei no Mobral há muitos anos atrás no Piauí. Aprendi escrever meu nome tinha acho que 12 ou 13 anos, mas nunca precisei fazer meu nome muitas vezes. Aqui, aprendi a conhecer um pouco as letras e ler algumas palavras quando tinha o *Sim, eu posso*. (Maria Eduarda/Estudante da EJA).

O Programa de alfabetização “Sim, eu Posso” é uma das parcerias que o Movimento Sem Terra tem com Cuba em questões relacionadas ao social, sobretudo à educação. Essa parceria explicitada no acampamento Irmã Alberta mediante mais uma experiência de EJA, mobilizou o setor a conduzir encaminhamentos em torno da satisfação dos educandos da alfabetização.

Por ser um método orientado a partir de uma referência (Cuba) considerada exemplo significativo por alguns segmentos da classe trabalhadora, criou-se uma expectativa de que a aplicação do método seria um recurso para parte da solução do problema sobre a alfabetização que não avançava.

Nessa experiência o setor contava apenas com a participação de uma educadora que vivia um momento de aproximação com toda complexidade da vida orgânica do acampamento, mas que após essa última experiência, também não permanecem no setor.

A experiência durou de fevereiro a abril de 2007. Teve o envolvimento de oito educandos. Na ocasião, uma jovem alemã de 21 anos, futura estudante de Medicina que estava no acampamento desde outubro de 2006 para conhecer toda uma realidade diferente da sua contribuiu em alguns momentos para a experiência com a EJA.

A proposta de educação do MST para os trabalhadores não é compreendida por todos em sua totalidade. Embora as experiências de EJA tenham atraído uma grande quantidade de trabalhadores, outros preferiram estudar nas escolas próximas do acampamento. Essa iniciativa divergia das discussões do setor de educação do Movimento Sem Terra que considerava que “Estudar na cidade, só em último caso” (MST, 2004 p. 26).

Também havia pessoas no acampamento que resistiam em estudar, devido às questões culturais, como a ideia equivocada de que estudar era coisa só para quem é criança e jovem ou pessoas que encontravam resistência do cônjuge, independente do sexo.

Outro fator predominante com relação à resistência aos estudos estava ligado às necessidades básicas imediatas das pessoas, fazendo com que as poucas energias que os trabalhadores fossem utilizadas apenas para atender a tais necessidades.

Finalizando, ressaltamos que as experiências de educação de jovens e adultos descritas consistiram em uma das principais intervenções políticas ocorridas no acampamento Irmã Alberta. Tais experiências significaram, em nosso entendimento, uma das possibilidades de potencializar o processo da luta pelo fato de fornecer aos sujeitos a aquisição de alguma “elevação da consciência”, o que é considerado pelo Movimento um fator fundamental na luta de classes.

Programas de alfabetização

Embora o estudo seja um dos princípios do MST e as reivindicações por uma educação de qualidade uma de suas bandeiras de luta, algumas das experiências de EJA só aconteceram porque tinham como pano de fundo o formato de programas institucionalizados (um brasileiro e outro cubano), ligados à Regional. *Brasil Alfabetizado* e *Sim, eu posso* foram os dois programas que ancoraram algumas das experiências que reuniram os educadores em mais uma tentativa de organizar as atividades do setor no acampamento na perspectiva de manter a relação com apoiadores do Movimento que tem Cuba como referência em questões sociais.

Por serem iniciativas focadas em questões relacionadas à educação e por terem sido incorporadas no acampamento Irmã Alberta durante as experiências aqui retratadas, se faz necessário descrever o que são esses programas para se ter um entendimento de como intervenções institucionalizadas podem ser incluídas nas estratégias pensadas para combater o analfabetismo.

Programa *Sim, eu posso* (Instituto Pedagógico Latino Americano e Caribenho de Cuba)

O Programa cubano de alfabetização “Sim, eu posso” desenvolve um método baseado na utilização de uma novela de alfabetização, que possibilita ao jovem ou adulto se apropriar dos códigos da leitura e escrita no período de três meses. O educador é considerado um facilitador do processo de aprendizagem estando sempre presente (MST, 2007).

Esse método é do Instituto Pedagógico Latino Americano e Caribenho de Cuba. Foi aplicado em algumas regionais do MST no Estado de São Paulo a partir de uma parceria de Cuba e o Movimento. Na Grande São Paulo, esse método foi utilizado apenas no acampamento Irmã Alberta no período de fevereiro a abril de 2007. Teve o envolvimento de oito educandos e duas educadoras.

Observamos a partir do relato de uma educanda do acampamento Irmã Alberta que não conseguiu se alfabetizar totalmente e que a utilização do método do Programa “Sim, eu posso” não foi eficaz o bastante para atender as expectativas que focavam um avanço, superando a necessidade de

alfabetização. No posicionamento de um docente apresentado em um fórum sobre EJA, realizado na Paraíba (2011), fica claro que o método não dá conta de atingir os objetivos mais significativos que a alfabetização pode proporcionar.

O professor Cornélio chamou a atenção para o fato de que os processos de alfabetização de massa têm focado suas metas numa compreensão estatística de alfabetização. Concretamente, os jovens e adultos considerados alfabetizados não sabem ler nem escrever, apenas decifram as palavras e as letras. Nesses termos a discussão sobre o assunto se torna empobrecida. Uma alfabetização que não potencializa a apropriação crítica da escrita e o seu uso social concreto não tem sentido cultural, pessoal e profissional para os jovens e adultos. Segundo ele, o que precisamos é de uma política de educação de jovens e adultos que seja libertadora e humanizadora. Isso o método cubano não contemplaria. (FÓRUM EJA PARAÍBA, 2011).

Entretanto, também há relatos que apontam o método como um instrumento eficaz no seu país de origem e no Brasil, tendo uma importância no sentido de evidenciar que na luta contra o analfabetismo há experiências que têm tido resultados positivos e que, portanto, a luta não é em vão.

O estudante concluinte do Curso de História e militante do MST Felix se manifestou favorável ao Programa cubano e a sua adoção pelo Brasil. Apresentou várias razões que justificam sua posição. Uma delas diz respeito ao fato de que a educação a distância é uma alternativa para se atingir aqueles lugares e pessoas de difícil acesso. Defende que o material didático (manual, cartilha e vídeo) pode ser adequado as múltiplas realidades do país. (FÓRUM EJA PARAÍBA, 2011).

Entendemos que ao transpassar fronteiras, os resultados do método podem variar no interior de outro país, com um contexto histórico e político diferente. Ao nos reportarmos à aplicação do método no acampamento Irmã Alberta, consideramos que tal experiência de alfabetização, apesar de importante, não apresentou resultados positivos conforme indicado no Fórum EJA da Paraíba (2011):

A ausência de resultados das experiências em curso no Brasil, a exemplo do Piauí, Paraná e alguns assentamentos paraibanos do MST, não permite que se tenha uma visão dos efeitos positivos do Programa [*Sim, eu passo*] na alfabetização do jovem e do adulto. (EJA, PARAÍBA, 2011).

Programa *Brasil Alfabetizado* (Ministério da Educação - MEC)

O Programa *Brasil Alfabetizado*, segundo informações do portal do MEC é uma porta de acesso à cidadania e pretende despertar o interesse pela elevação da escolaridade.

O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Desse total, 90% localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. (BRASIL, 2011).

Podem aderir ao programa, Estados, municípios e o Distrito Federal. Os alfabetizadores devem ser, preferencialmente, professores da rede pública.

Esses profissionais recebem uma bolsa do Ministério da Educação para desenvolver esse trabalho, no contraturno de suas atividades. Mas qualquer cidadão, com nível médio completo, pode se tornar um alfabetizador do programa. Ele deve cadastrar-se junto à prefeitura ou secretaria estadual de educação onde receberá formação adequada. (BRASIL, 2011).

O Programa Brasil Alfabetizado é do Ministério da Educação, mas “o sonho de ver todos os brasileiros lendo e escrevendo” também é do MST, que firmou convênio com o MEC para desenvolver esse projeto em 23 Estados, durante o ano de 2003. “O trabalho alfabetizou 28.556 pessoas, em 1870 turmas, além de promover a capacitação de 1820 educadores. Foi a primeira vez que o MST proporcionou uma iniciação aos estudos para tantas pessoas de uma só vez” (MST, 2004, p. 46).

Uma coletânea de artigos organizados para a UNESCO (2008) aponta as instâncias da sociedade em que o programa está presente.

Na experiência brasileira recente, um exemplo de programa que projeta metas ambiciosas de superação do analfabetismo é o *Brasil Alfabetizado*, lançado em 2003 pelo Ministério da Educação, com o intuito de coordenar, induzir e apoiar ações de alfabetização articuladas a outras políticas de assistência social, formação para o trabalho e geração de renda. Modelado e financiado pelo governo federal, o programa é executado de modo descentralizado por estados, municípios, instituições de ensino superior e organizações sociais, que têm autonomia didático-pedagógica e são responsáveis pelas instalações físicas, mobilização dos alfabetizandos e recrutamento e capacitação dos alfabetizadores voluntários. Esse desenho não é original, assemelha-se a outros programas e campanhas similares que o Brasil conheceu na segunda metade do século XX. (UNESCO, 2008, p. 78).

Conforme indica a citação acima, na condição de programa, o *Brasil Alfabetizado* se assemelha a outros programas governamentais anteriores. Destacamos, nesse sentido, alguns aspectos de sua semelhança com o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral.

Um dos aspectos de semelhança está relacionado com os objetivos dos Programas em relação à aprendizagem que se limita apenas a possibilitar que os educandos consigam atingir a competência de saber ler e escrever.

Outra semelhança é que, enquanto programa, o *Brasil Alfabetizado* é passivo de ser extinto a cada mudança de governo e, assim como o Mobral, suavizar os índices de analfabetismo, o que de acordo com o contexto político e social de cada um dos períodos no país, se constitui como um dos maiores problemas na sociedade.

O Mobral expressava ser uma proposta de educação como solução para o analfabetismo expressivo da época. Como tal, obscurecia outras iniciativas que surgiam em função do caos que se observava durante o regime militar brasileiro. De maneira semelhantemente, entendemos que o *Programa Brasil Alfabetizado* pode contribuir para obscurecer a luta dos movimentos sociais pela educação e contra o analfabetismo. Uma luta que se notabiliza em grande medida, pelo fato de propor uma educação que vai além de desenvolver as aprendizagens básicas, que visa a formação do homem enquanto sujeito histórico, que tem papel a cumprir no *meio* em que vive.

Outra semelhança entre os dois programas diz respeito às mudanças de suas estruturas que

foram ocorrendo no decorrer de sua implementação. No Mobral novas ramificações surgiram para dar sustentabilidade à manutenção do programa.

O MOBREAL foi se modificando aos poucos e cada vez mais buscando novas saídas para garantir sua continuidade. Assim, depois do começo com a campanha de alfabetização de adultos, descobriu que a Lei de sua implantação referia-se a "*educação continuada de adolescentes e adultos*" (grifo meu) e criou o Plano de Educação Continuada para Adolescentes e Adultos. E daí o Programa de Educação Integrada, o Programa Cultural e o Programa de Profissionalização. Vindo depois o Programa de Diversificação Comunitária, o Programa de Educação Comunitária para a Saúde e o Programa de Esporte. E na área da educação geral é lançado o Programa de Autodidatismo. O corpo técnico do MOBREAL fez de tudo para que a instituição permanecesse na sua *dinâmica da coisa nenhuma*. E fez tanto, que em 1975, teve que enfrentar uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, instaurada pelo Senado Federal, após discursos dos Senadores João Calmon, Luiz Viana, Jarbas Passarinho e Eurico Rezende, em função da denúncia de atendimento a crianças de nove a quatorze anos. (BELLO, 1993).

No texto organizado pela UNESCO (2008), citado anteriormente, observam-se as mudanças no *Brasil Alfabetizado* depois do seu surgimento.

Ao longo de meia década de existência, o Brasil Alfabetizado sofreu reformulações e aperfeiçoamento: o período de alfabetização foi ampliado de seis para oito meses; foram previstos repasses financeiros para merenda, transporte, aquisição de livros didáticos e óculos; a prioridade na destinação das verbas foi redirecionada das organizações sociais para as redes públicas de ensino; a avaliação do programa tornou-se sistemática e rotineira; foram desenvolvidos subprogramas destinados a quilombolas e pescadores; entre outras medidas. (UNESCO 2008, p. 79).

Assim, entendemos que a intervenção do Programa *Brasil Alfabetizado* no acampamento Irmã Alberta (entre 2005 e 2006) cumpriu um papel secundário, por ter sido apenas mais um elemento que tendia a contribuir com um processo de alfabetização que já vinha acontecendo. Nesse sentido, do programa apenas foi aproveitado o que melhoraria as condições adversas do processo em curso, que privilegiava a permanência de uma proposta pedagógica crítica e dialógica que já se desenvolvia com toda uma dinâmica própria.

Mesmo considerando a necessidade de alterações e as limitações de cada programa em sua aplicação, no acampamento Irmã Alberta, entendemos que tais Programas (*Brasil Alfabetizado* e *Sim, eu passo*) também tiveram sua importância na EJA, contribuindo mesmo que de maneira restrita, para o processo de alfabetização no acampamento.

Formação para educadores

Propor uma educação que dê conta de atender as necessidades sociais de um determinado grupo, implica ter um olhar direcionado ao indivíduo que assume o papel de intermediar a relação entre o conhecimento e o sujeito.

Todas as experiências de EJA do acampamento Irmã Alberta foram precedidas por momentos de formações específicas para a EJA, coordenadas pelo setor de educação. Nos encontros, os educadores presentes eram oriundos de várias regionais, o que possibilitava que os mesmos

conhecessem outras experiências nos momentos de exposições dos trabalhos das regionais representadas e em momentos de sociabilidade entre os participantes de cada encontro realizado.

Nessa discussão acerca da formação, cabe destacar as habilidades de alguns dos educadores, adquiridas antes de sua chegada no Movimento Sem Terra. Nas palavras da educadora Mariana observam-se semelhanças que os educadores vivenciam em diferentes contextos.

Antes de chegar no acampamento, eu já tinha experiência com EJA. Atuei como educadora popular em algumas salas na Brasilândia e região onde há uma investida constante nas ações sobre a Educação de Jovens e Adultos. Atuei no Mova no período de reconstrução. Dar continuidade em trabalhos na EJA no acampamento irmã Alberta, foi um desafio apenas no sentido de ser num contexto diferente ao que já estava acostumada (urbano). Outras semelhanças eram iguais como, por exemplo, o público adulto, as necessidades comuns, as expectativas. (Mariana/Educadora).

O acúmulo de experiências de alguns educadores contribuiu para potencializar as discussões sobre a EJA. Para Mariana, conhecer outros espaços formativos foi uma experiência valorizada pelos educadores, pois possibilitou conhecer e explorar novas aprendizagens desenvolvidas nos seus respectivos espaços. Os educadores percebiam o quanto os momentos de formação eram uma contribuição imprescindível para o desenvolvimento das atividades propostas.

A cada formação que participei, para mim era como se fosse a primeira, pois sempre se aprende algo novo que é de grande ajuda para o trabalho que realizamos em coletivo. Apesar de ter uma certa experiência como educadora, eu sentia necessidade conhecer a formação oferecida pelo Movimento. No MST participei de várias formações que me ajudaram na minha atuação como educadora. (Mariana).

Para o MST, a formação é um elemento importante no processo de construção de uma nova mulher e um novo homem na perspectiva de transformações das relações sociais. Essa importância é notificada na sua bandeira de luta pela educação e como fruto dessa luta.

O MST desenvolve cursos formais desde 1990, primeiro de nível médio (Magistério, hoje Normal Médio) e a partir de 1998, também de nível superior, como o nosso curso de Pedagogia da Terra. Essa tarefa acabou se desdobrando também na criação de uma escola específica o Instituto de Educação Josué de Castro, como também parcerias com universidades. O trabalho com cursos teve um impulso maior a partir da criação do Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, Incra/MDA) em 1988, de modo que chegamos a 2003 tendo formado aproximadamente 700 educadores nestas turmas específicas. (MST, 2004. p. 16).

Os dois cursos mencionados acima bem como o total de trabalhadores contemplados representam apenas um recorte de toda uma dimensão de turmas e de cursos diferenciados que têm sido uma expressividade dentro do Movimento Sem Terra. Tal fato quebra o mito de que o homem do campo não precisa estudar; ideia historicamente presente na concepção de educação rural estereotipada. Porém, a partir da luta dos movimentos sociais pela educação que evidenciam outra ótica, se observa uma reformulação na denominação da proposta de educação voltada para o rural. Nesse sentido, Antônio & Lucini (2007) em sua pesquisa, evidenciaram as mudanças na educação voltada para os meios rurais, envolvendo diretamente os sujeitos que vivem no campo.

A educação desenvolvida nos meios rurais torna-se objeto de discussão dos sujeitos que a compõem, os educadores e camponeses, diferentemente de outros momentos, em que a educação rural era objeto de discussão dissociada dos sujeitos sociais que nela atuam. Até então denominada como educação rural, é (re) nominada como educação do campo. (ANTÔNIO; LUCINI, 2007, p. 183).

A discussão que apresenta argumentos que constroem outra concepção de educação para o meio rural, denominada como educação do campo, explicita os equívocos vigentes na ideia de que o campo é um lugar de atraso. Por meio do exercício de observar os trabalhadores que vivem no campo e da compreensão de que esses são sujeitos de direitos, torna-se necessário forjar ações, bem como potencializar o debate acerca da efetivação da garantia dos direitos. No âmbito da educação, surge a Educação do Campo que, a partir de seus princípios, cumpre o papel de valorizar os diferentes grupos sociais organizados, presentes no campo.

Esta denominação compreende uma nova concepção de rural, não mais como lugar de atraso, mas de produção da vida em seus mais variados aspectos: culturais, sociais, econômicos e políticos. Compreende também diferentes povos do campo, como os indígenas e quilombolas que, na lógica da sociedade capitalista, não são mencionados por diferirem das práticas capitalistas de produção. (ANTÔNIO; LUCINI, 2007, p. 183).

De modo geral, e finalizando nossa reflexão sobre as experiências de EJA no acampamento Irmã Alberta podemos afirmar que todo o período compreendido pelas experiências de EJA envolveu uma grande articulação que pôs em movimento diferentes sujeitos envolvidos nas atividades. Entretanto, os resultados constatados a partir de um levantamento com todos/as os/as educandos/as que fizeram parte das experiências descritas nesta pesquisa e que ainda se encontram no acampamento, mostram que não houve um impacto significativo que correspondesse a todos os esforços feitos para a superação do analfabetismo no acampamento; considerando que, para o Movimento Sem Terra, pessoa alfabetizada não se limita apenas àquela que teve acesso a um aprendizado básico.

Considerações Finais

Com relação às experiências de EJA analisadas à luz de documentos do MST, privilegiamos apenas um período específico (2002 a 2007). Com base nas análises, reconhecemos a grande importância que as referidas experiências tiveram para o acampamento Irmã Alberta, enquanto comunidade onde se pode conferir um alto índice de analfabetismo absoluto. Essa importância se estende amplamente para o Movimento Sem Terra, enquanto organização social que tem uma respeitada história de luta contínua pela educação e que considera essas e outras experiências também do mesmo acampamento como frutos dessa luta e fundamenta a valorização que o MST atribui à educação. Para os trabalhadores a EJA significou desafios devido a diversas limitações, mas também significou uma possibilidade de adquirir novos conhecimentos e no caso de alguns educandos, viver a experiência de conhecer o mundo da escrita e da leitura.

O fato de os resultados obtidos não terem correspondido ao esperado, como já observado em outros espaços do Movimento Sem Terra não descaracteriza as experiências. Considerando esta breve análise das experiências de EJA, podemos salientar que estas emergiram essencialmente da necessidade de contribuir com a proposta de possibilitar aos trabalhadores o exercício da cidadania, a partir da relação estabelecida entre o conhecimento e os educandos e o que se poderia obter de frutos dessa

relação.

As experiências aqui retratadas não permitem a generalização ou uma visão ampla de toda complexidade que faz parte dos processos educativos internos do acampamento Irmã Alberta. Sendo assim, não deixamos de reconhecer e valorizar uma discussão mais aprofundada, em razão dos limites, desafios e potencialidades acerca da função social que a EJA tem na luta pela transformação das relações no campo.

Referências

ANTONIO, C. A. e LUCINI, M. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação, **Cadernos CEDES**, vol.27, n.72, p. 177-195. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a05v2772.pdf>> Acesso em: abril 2011.

BELLO, J. L. de P. Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar. **Pedagogia em Foco**, Vitória, 1993. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.htm>>. Acesso em: 03/10/11.BRASIL.

MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Programa Brasil Alfabetizado**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content>. Acesso em: 14/10/11.

MST. **Caderno de Educação**. Educação de jovens e adultos; Sempre é tempo de aprender, n. 11, 84 p, out. 2003.

_____. **Caderno de Educação**; Dossiê MST Escola; Documentos e Estudos, n. 13, 263p. ago. 2005.

_____. **Alfabetização de Jovens e Adultos**: como organizar. Caderno de Educação 3, São Paulo, 2000.

_____. **Campanha Nacional de alfabetização**. São Paulo: MST, 2007.

_____. **O funcionamento das brigadas do MST**. São Paulo: Setor de formação, junho 2005. 62p.

_____. **Encontro de Formação**, 2006. Osasco, 18 -04-2006.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.

STÉDILE, J. P. MST, 20 anos: O significado da celebração. In: **Boletim da Educação**, n.9, p.9-11, dezembro 2004.

UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil**: lições da prática. Brasília: UNESCO, 2008. 212 p.